



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 678079 - GO (2021/0208377-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : STELLE PARREIRA VIEIRA  
**ADVOGADO** : STELLE PARREIRA VIEIRA - GO046472  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : SASHA RODRIGUES DA CUNHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SASHA RODRIGUES DA CUNHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC N. 5276598-65.2021.8.09.0000).

A paciente encontra-se presa em virtude de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, haja vista ter sido apreendida em sua posse 885g de maconha fragmentada em porções. No Tribunal de origem foi a ordem denegada.

A impetrante sustenta que estão presentes, no caso, as condições dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por domiciliar, porquanto a paciente é mãe de duas filhas de 3 e 7 anos (fls. 25-26), mora há 4 anos no mesmo endereço, local em que mantém uma lanchonete de onde provém o sustento da família, além do crime não ter sido cometido com violência, grave ameaça ou contra filho ou dependente.

Requer, liminarmente, a conversão da prisão preventiva em domiciliar, com ou sem a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Isso porque a decisão que denegou a ordem na origem, restou ementada nos seguintes termos:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS.  
DECRETOPREVENTIVO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

SEGREGAÇÃO CAUTELAR JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. Não caracteriza constrangimento ilegal a decretação da prisão preventiva, quando a medida constritiva excepcional se encontra devidamente fundamentada com visos a resguardar a ordem pública, requisito este que, aliado à prova do crime e dos indícios de autoria, inviabilizam a revogação da segregação cautelar. II – GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. A quantidade da droga apreendida, também pode servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva. Precedentes do STJ. III – EVENTUAIS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. Eventuais condições subjetivas favoráveis da paciente – caso efetivamente comprovadas -, se isoladamente consideradas, quando cotejadas com os pressupostos legais da prisão preventiva, não ostentam força suficiente a desconstituir a custódia, ainda mais quando constatado, a partir das circunstâncias referidas, que a custódia é devida. IV -PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. NÃOVIOLAÇÃO. A prisão de natureza cautelar não conflita com a presunção de inocência, quando devidamente fundamentada pelo Julgador a sua necessidade, conforme ocorrido na hipótese vertente. V – SEGREGAÇÃO CAUTELAR. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE FILHAS MENORES. INVIABILIDADE. CONFIGURAÇÃO DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. ENTORPECENTES ENCONTRADOS NA RESIDÊNCIAFAMILIAR. Inviável a concessão de prisão domiciliar à paciente, visto haver fortes indícios de que o crime de tráfico de drogas era cometido dentro da própria residência familiar, circunstância reprovável que se enquadra nas exceções mencionadas pela Excelsa Corte no julgamento do HC n. 143.641/SP. Precedentes. VI - PEDIDO DE LIBERDADE ASSENTADO NA SUPOSTACONTAMINAÇÃO PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). CRITÉRIOS AFERIDOS PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DECOMPROVAÇÃO DE QUE A PACIENTE ESTEJA COM A SAÚDE DEBILITADAOU MESMO INSERIDO NO GRUPO DE RISCO. A suposta contaminação da população carcerária pela atual conjuntura decorrente da pandemia do COVID-19, por si só, não autoriza a soltura da paciente, mormente quando não comprovado que ela ostenta saúde debilitada ou integre grupo de risco. ORDEM DENEGADA.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, verifico que no caso concreto existem indícios de que a prática do crime, em tese imputado à paciente, era realizado na residência onde ela tem seus filhos menores, hipótese que suscita dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e, em alguns julgados, indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente